

**BEP - CAIXA DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

PREVBEP

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

- SEGUNDO SEMESTRE / 2015 -

MAIO / 2016

SUMÁRIO

1. RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE GESTÃO PREVIDENCIAL – PGP E GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

1.1. Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios BEP

1.2. Limites de Alocação / Segmento de Aplicação

1.3. Gestão Alocação dos Ativos

1.4. Análise do Desempenho dos Ativos por Segmento de Aplicação

1.4.1. Fundo BB Terra do Sol

1.4.1.1. Informações Gerais

1.4.1.2. Dados do Fechamento do Semestre

1.4.1.3. Composição do Fundo

1.4.1.4. Composição Setorial da Carteira do Fundo

1.4.1.5. Evolução da Rentabilidade do Fundo

1.4.2. Investimentos Imobiliários

1.4.3. Empréstimos e Financiamentos a Participantes

1.5. Rentabilidade

1.5.1. Rentabilidade Comparada

1.5.2. Evolução da Rentabilidade por Segmentos

1.5.3. Resultados Comparados

1.6. Gestão de Riscos

1.6.1. Risco de Mercado

1.6.2. Risco de Crédito

1.6.3. Risco de Liquidez

1.6.4. Risco Operacional

1.6.5. Risco Legal

1.6.6. Risco Sistêmico

1.6.7. Risco de Gestão

1.6.8. Divergência não Planejada DNP

1.6.9. Classificação de Riscos das Principais Agências Classificadoras

1.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE GESTÃO PREVIDENCIAL – PGP E DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

2. ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP

2.1. População de Participantes

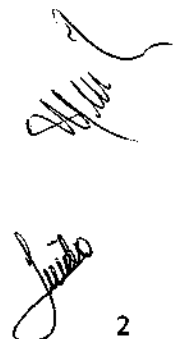
2.2. Premissas Atuariais

2.2.1. Plano de Custeio

2.3. Ativo Líquido do Plano Previdencial

2.4. Evolução do Patrimônio Social

2.5. Evolução do Passivo Atuarial



2.6. Receitas Previdenciárias

2.7. Despesas Previdenciárias

2.8. Fluxo Operacional

2.9. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 2º SEMESTRE DE 2015

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.1. Execução Orçamentária do Programa Previdencial – Projetado versus Realizado

3.2. Execução Orçamentária do Programa Previdencial – Comparado

3.3. Execução Orçamentária do Fluxo dos Investimentos do Plano – Projetado versus Realizado

3.4. Execução Orçamentária do Fluxo dos Investimentos do Plano – Comparado

3.5. Execução Orçamentária do Custeio Administrativo – Projetado versus Realizado

3.6. Execução Orçamentária do Custeio Administrativo – Comparado

3.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 2º SEMESTRE DE 2015

4. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

4.1. Evolução do Ativo Líquido do PGA

4.2. Fontes e Usos do Custeio Administrativo

4.3. Rateio das Despesas Administrativas

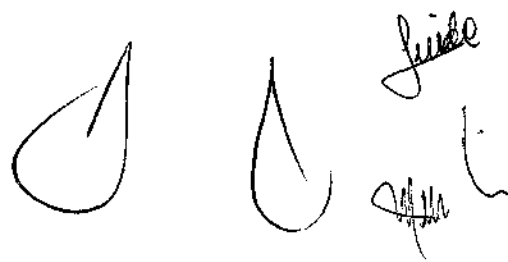
4.4. Despesas Administrativas Consolidadas - Projetado versus Realizado

4.5. Despesas Administrativas Consolidadas - Comparadas

4.6. Indicadores de Desempenho do PGA

4.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RESULTADOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA NO 2º SEMESTRE DE 2015

5. RECOMENDAÇÕES FINAIS

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature on the left and several smaller initials and signatures on the right.

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

■ SEGUNDO SEMESTRE / 2015 ■

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

A Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, em seu Art. 19, determina: “sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o Conselho Fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo”:

“I – as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária”;

“II – as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso”;

“III – análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las”.

Ainda, o Guia Previc “Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar”, afirma: “81 A legislação atribui ao conselho fiscal das EFPC um papel de extrema relevância e fidedignidade, que é o de exercer o controle interno, fiscalizar e emitir relatórios, manifestando-se perante a entidade, seus participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores”.

“82 Os conselheiros devem assumir a responsabilidade sobre o efetivo controle da EFPC, alertar sobre qualquer desvio e recomendar providências para a melhoria de sua gestão. Devem, ainda, elaborar relatórios sobre sua administração, sobre os aspectos organizacionais, contábeis, econômico-financeiros e atuariais, monitorar os indicadores de gestão das despesas administrativas, avaliando as metas estabelecidas e emitir parecer conclusivo sobre suas demonstrações contábeis”.

Assim, em atendimento às citadas normatizações e recomendações, o **CONSELHO FISCAL da BEP – CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVBEP**, após examinar e analisar, mensalmente, a documentação posta à sua disposição, em sua 8ª Reunião Ordinária de 30.08.2016, cumpre o seu papel, aprovando, emitindo e divulgando aos Órgãos Reguladores a sua manifestação sobre o Plano de Gestão Previdencial – PGP e o Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativa ao 2º Semestre de 2015, nos tópicos a seguir:

- ✓ a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos;
- ✓ a aderência das premissas e hipóteses atuariais;
- ✓ a execução orçamentária;
- ✓ Plano de Gestão Administrativa



1. RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE GESTÃO PREVIDENCIAL – PGP E GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

1.1. Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios BEP

Recursos Garantidores do PBD e PGA	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Varição
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
Renda Fixa	111.494.420,94	98,34	110.995.039,79	98,84	0,45
Plano Gestão Previdencial	98.404.823,83	86,80	97.914.923,00	87,19	0,50
Plano Gestão Administrativa	13.089.597,11	11,55	13.080.116,79	11,65	0,07
Investimentos Imobiliários	1.439.761,42	1,27	886.536,19	0,79	62,40
Empréstimos a Participantes	441.053,68	0,39	417.186,08	0,37	5,72
Valores a Recuperar					
Total dos Investimentos	113.375.236,04	100,00	112.298.762,06	100,00	0,96
[+] Disponível	123.030,38	0,11	175.026,54	0,16	(29,71)
[-] Exigível Contingencial	7.718.230,82	6,81	8.770.244,94	7,81	(12,00)
Total dos Recursos Garantidores	105.780.035,60	93,30	103.703.543,66	92,35	2,00

Fonte: Balançetes Junho e Dezembro / 2015.

Comentário – Há que se observar um crescimento nos investimentos da ordem de 0,96%, em relação ao primeiro semestre de 2015, ressaltando o crescimento Total nos Recursos Garantidores da ordem de 2,00%, no mesmo período.

1.2. Limites de Alocação / Segmento de Aplicação

Recursos Garantidores do PBD e PGA	Alocação Atual Dezembro / 2015		Política de Investimentos / 2015				Resoluções CMN nº 3.792/09 e 4.275/2013	
	Valor – R\$	(%)	Limites				Limites	Enquadramento
			Mínimo	Máximo	Alvo	Enquadramento		
Plano Gestão Previdencial	100.285.638,93	100,00			100,00			
Renda Fixa	98.404.823,83	98,12	80,00	100,00	98,64	Min < 98,12 < Max	100,00	98,12 < Limite
• Fundo BB Terra do Sol	98.404.823,83							
Investimentos Imobiliários	1.439.761,42	1,44	0,70	8,00	0,80	Min < 1,44 < Max	8,00	1,44 < Limite
Empréstimos a Participantes	441.053,68	0,44	0,50	15,00	0,56	Min > 0,44 < Max	15,00	0,44 < Limite
Valores a Recuperar								
Plano Gestão Administrativa	13.089.597,11	100,00						
Renda Fixa	13.089.597,11	100,00	80,00	100,00	100,00	Min < 100,00 = Max	100,00	100,00 = Limite
• Fundo BB Terra do Sol	13.089.597,11	100,00						
Total dos Investimentos	113.375.236,04							

Fonte: Balançetes Junho e Dezembro / 2015.

Comentário – Nas análises mensais realizadas nos Balançetes / Relatórios Gerenciais do período de Julho a Dezembro/2015, culminando com alocação em Dezembro/2015, observamos que os recursos de cada segmento dos investimentos (*Plano de Gestão Previdencial e Plano de Gestão Administrativa*), espelhados na Tabela II, tanto em relação à legislação em vigor (*Resolução CMN nº 3.792/2009 e Resolução CMN nº 4.275/2013*), como à Política de Investimentos, estão dentro dos limites legais, exceto **Empréstimos a Participantes**, que na data-base situa-se abaixo 0,06% (0,50 – 0,44) do limite mínimo constante da Política de Investimentos, em razão da baixa demanda apresentada no semestre sob análise. Salientamos que os Investimentos Imobiliários foram reavaliados conforme legislação em vigor.

1.3. Gestão Alocação dos Ativos

Tabela III – Gestores por Segmento de Aplicação					
Segmentos	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Variação
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
Gestão Terceirizada	111.494.420,94	98,34	110.995.039,79	98,84	0,45
. Fundo BB Terra do Sol (*)	111.494.420,94		110.995.039,79		
. Pl. de Gestão Previdencial – PGP	98.404.823,83		97.914.923,00		
. Pl. de Gestão Administrativa – PGA	13.089.597,11		13.080.116,79		
Gestão Própria	1.880.815,10	1,66	1.303.722,27	1,16	44,27
. Investimentos Imobiliários	1.439.761,42	1,27	866.536,19	0,79	
. Empréstimos a Participantes	441.053,68	0,39	417.186,08	0,37	
Total dos Investimentos	113.375.236,04	100,00	112.298.762,06	100,00	0,96

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP Junho e Dezembro / 2015.

(*) - Administração /Gestão: BB Gestão de Recursos BTVM S.A.

- Distribuição/Custódia/Controladoria/Registro: Banco do Brasil S. A.

Comentário – Os recursos do Plano BD estão distribuídos em Gestão Terceirizada (*Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado Exclusivo*) 98,34% e Gestão Própria (*Investimentos Imobiliários – alugueis 1,27% e Empréstimos a Participantes 0,39%*) 1,66%, apresentando um crescimento patrimonial em relação a Junho/2015 da ordem de 0,96%, conforme especificados na Tabela III.

1.4. Análise do Desempenho dos Ativos por Segmento de Aplicação

1.4.1. Fundo BB Terra do Sol

Constituído sob a forma de *condomínio aberto* e com *prazo de duração indeterminado* (Art. 1º do Regulamento do Fundo), *destinado a receber recursos da PREVBEP, investidor exclusivo* (Art. 3º do Regulamento do Fundo). É administrado pela BB DTVM, inclusive responsável pela gestão da carteira do Fundo, tendo como responsável pelos serviços de Distribuição, Custódia, Controladoria e Registro Escritural das Cotas dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, o Banco do Brasil S. A. (Art. 5º do Regulamento do Fundo).

A Administradora (BB DTVM), observadas as limitações legais e regulamentares, *tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, inclusive exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integram* (Art. 6º do Regulamento do Fundo).

1.4.1.1. Informações Gerais

Tabela IV – Informações Gerais			
Cotista	BEP Caixa de Previdência Social – PREVBEP	CNPJ	13.998.573/0001-06
Objetivos do Fundo	O fundo busca a valorização de suas quotas, seguindo uma gestão ativa de investimentos, por meio da aplicação dos recursos em uma carteira diversificada de ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, visando superar a variação do INPC+5% ao ano.	Início do Fundo	1-ago-11
		Classificação CVM	Multimercado
		Código/Tipo ANBID	28.284
Multimercado			
Multiestatégia			
Despesas	Taxa de Administração de 0,09% ao ano. Não são cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída.	Tributação	Curto Prazo
Administração e Gestão	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	Cota de Aplicação	D+0
Distribuição, Custódia, Controladoria e Registros	Banco do Brasil S. A.	Cota de Resgate	D+0
		Crédito do Resgate	D+0
Gestor Responsável	Luiz Eduardo Terra de Faria	Tipo de Cota	Fechamento
		Auditoria Externa	Deloitte T. Tohmatsu
			Audit. Independente

Fonte: Informativo Mensal/BBDTVM – Junho / 2015.



1.4.1.2. Dados do Fechamento do Fundo

Tabela V – Dados do Fechamento dos Semestres						
Data Base	Quota de Fechamento	Quantidade de Cotas	Pl. Médio 12 meses na data base – R\$ (*)	Pl. Fechamento	VaR (*)	Sharpe (²)
31-12-15	1,457173073	76.514.192,44	109.756.042,59	111.494.420,93	0,4785%	
30-06-15	1,431340789	77.546.200,49	107.250.252,96	110.995.039,79	0,4030%	

Fonte: Informativo Mensal / BBDTVM – Dezembro e Junho / 2015.


(*) Média Patrimônio Líquido do Fundo nos últimos 12 meses nas datas-bases: 31.12.2015 e 30.06.2015.

¹) VaR (Value at Risk) sintetiza a maior perda esperada dentro de um período de tempo e intervalo de confiança. A metodologia utilizada é a de simulação histórica para intervalo de 1 dia e nível de confiança de 95%.

²) Índice que tem por objetivo ajustar o retorno do fundo pelo seu risco, ou seja, quanto maior o retorno e menor o risco do investimento, melhor será seu índice de Sharpe.

Índices com valores menores que zero não têm significado interpretativo, por isso não são divulgados.

1.4.1.3. Composição do Fundo

 PREVBEP	Tabela VI – Composição do Fundo							
	Dezembro / 2015			Junho / 2015			Variação (% H)	
Fundo: BB Terra do Sol	Quant.	Mercado	%	Quant.	Mercado	%	Quant.	Mercado
RENTA FIXA		94.195.423,64	84,48		93.245.504,92	84,01		1,02
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	9.151	8.574.341,45	7,69	3.075	7.604.860,73	6,85	197,59	12,75
Operações Compromissada – 1 Dia	9.151	8.574.341,45		3.075	7.604.860,73			
TESOURO NACIONAL – PÓS	5.116	17.404.550,27	15,61	5.116	17.215.330,62	15,51	-	1,10
Letra Financeira do Tesouro LFT	840	6.219.612,65		840	5.817.274,37		-	
Nota do Tesouro Nacional – B – NTN - B	4.276	11.184.937,62		4.276	11.398.056,25		-	
TESOURO NACIONAL – PRÉ	30.200	22.911.077,22	20,55	23.900	17.960.619,87	16,18	26,36	27,56
Letra Tesouro Nacional	30.200	22.911.077,22		23.900	17.960.619,87			
DEBÊNTURES	7.044	22.513.247,44	20,19	7.044	22.371.064,94	20,16	-	0,64
CDI	2.470	11.686.942,16		2.470	11.783.366,50			
Simplex IPCA	4.574	10.826.305,28		4.574	10.587.698,44			
DPGE PÓS FIXADOS – BANCOS PRIVADOS	1,0	1.033.416,72	0,93	1	1.031.983,98	0,93	-	0,14
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA – BB PÓS	12	8.354.119,41	7,49	10	6.767.534,57	6,10	20,00	23,44
Letra Financeira Subordinada – BB Pós	10	7.297.759,42		10	6.767.534,57			
Letra Financeira Subordinada – Privados Pós	2	1.056.359,99						
LETRA FINANCEIRA	47	13.403.674,65	12,02	59	20.293.293,05	18,28	(20,34)	(33,95)
Ligada	2	1.113.458,14		2	1.037.080,21			
Não Ligada	45	12.290.216,51		57	19.256.212,84			
TAXA ANBID DIFERIDA		430,93	0,00		419,90	0,00		2,63
TAXA CVM DIFERIDA		565,65	0,00		397,26	0,00		42,36
RENTA VARIÁVEL		17.296.997,29	15,52		17.749.534,87	15,99		(2,54)
AÇÕES	1.130.567	17.184.418,21	15,41	941.881	17.715.890,52	15,96	20,03	(3,00)
Direito de Subscrição	3.378	5.214,12						
Banco do Brasil S A	17.600	259.424,00		14.600	354.488,00			
Ações a Vista	1.109.589	16.919.780,09		927.281	17.361.402,52			
Recibo de Subscrição								
CONTRATOS DE MERCADO FUTURO	(277)	11.793,92	0,01	(118)	(16.273,24)	(0,01)	134,75	(172,47)
DI Futuro – 1D	(277)	11.793,92		(118)	(16.273,24)		134,75	
VALORES A RECEBER		108.431,90	0,10		53.871,89	0,05		101,28
Provisão para Outros Créditos		108.431,90			53.871,89			
OUTROS (AJUSTES/VARIAÇÕES)		(5.646,74)	(0,01)		(3.954,30)	(0,00)		42,80
Disponível		1.928,87			871,35			
Valores a Pagar/Provisões/Ajustes		(7.575,61)			- 4.825,65			
TOTAL		111.494.420,93	100,00		110.995.039,79	100,00		0,45

Fonte: BB DTVM /Relatório "Carteira Diária Detalhada para Renda Fixa".



Comentário – Verifica-se na Tabela – VI acima, que houve adequação na composição dos papéis do FUNDO ao longo do 2º semestre / 2015, visando melhorar sua rentabilidade, especificamente: **Letra do Tesouro Nacional – LTN** – Crescimento no número de papéis (26,36%), com significativo reflexo no valor de mercado (27,56%).

1.4.1.4. Composição Setorial da Carteira do Fundo

Papeis	Julho/15	Agosto/15	Setembro/15	Outubro/15	Novembro /15	Dezembro/15
NTN-B	10,20	9,80	9,76	9,90	9,90	10,03
Alimentos	1,47	1,64	1,84	1,59	1,45	1,40
Bancos	3,60	3,65	3,54	3,50	3,59	3,35
Bebidas	1,35	1,55	1,60	1,56	1,52	1,45
Comércio	0,94	0,90	0,87	0,89	0,90	0,87
Debêntures	20,23	20,25	20,34	20,32	20,02	20,19
DPGE Pós Fixado Bancos Privados	0,94	0,96	0,97	0,91	0,92	0,93
Energia Elétrica	0,78	0,79	0,86	0,87	0,84	0,82
Letra Financeira Ligada	0,94	0,97	0,98	0,98	0,99	1,00
Letra Financeira Não Ligada	17,53	17,95	18,19	10,82	10,92	11,02
Letra Financeira Subordinada BB Pós	6,17	6,32	6,41	6,41	6,47	6,54
LFT	5,29	5,41	5,48	5,48	5,53	5,58
LTN	20,24	20,31	20,03	20,03	20,43	20,55
Mineração	0,79	0,91	0,95	0,97	0,74	0,72
Operações Compromissadas Over	2,93	1,31	1,26	8,63	7,88	7,79
Outros	4,72	5,31	5,19	5,35	6,13	5,87
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1,17	1,22	0,99	1,06	1,05	0,94
Serviços Financeiros Diversos	0,71	0,75	0,74	0,73	0,72	0,95
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Informativo Mensal / BBDTVM – Dezembro / 2015.

Comentário – Observamos que uma média mensal de 20,23%, 9,93%, 20,27% e 5,46% da Composição Setorial da Carteira do Fundo, no período de Julho/2015 a Dezembro/2015, está aplicada em *Debêntures*, *Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)*, *Letras do Tesouro Nacional (LTN)* e *Letra Financeira do Tesouro (LFT)*, respectivamente.

1.4.1.5. Evolução da Rentabilidade do Fundo

Anos		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agô	Ser	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulado
2011	Fundo								1,99	1,99	(0,01)	2,02	0,76	0,91	5,81
	Composto													6,40	6,40
2012	Fundo	2,14	1,63	0,94	0,92	(0,32)	0,45	1,58	(0,36)	2,47	1,41	0,72	1,63	14,01	20,63
	Composto	2,16	1,53	0,86	0,94	(0,51)	0,45	1,50	0,78	1,08	0,98	0,64	1,49	12,52	19,03
2013	Fundo	0,57	(0,51)	0,08	1,03	(0,76)	(2,05)	1,04	(0,12)	1,38	1,64	(0,65)	0,26	1,89	22,92
	Composto	0,52	(0,33)	0,07	0,83	(0,67)	(1,83)	0,99	0,22	1,32	1,55	(0,59)	0,27	2,66	22,94
2014	Fundo	(1,34)	1,28	1,50	1,40	1,20	1,13	1,47	2,88	-1,84	1,19	0,95	(1,02)	9,10	34,10
	Composto	(1,28)	1,34	1,73	1,44	1,22	1,11	1,54	3,05	-1,93	1,17	1,00	(1,09)	9,38	34,48
2015	Fundo	0,53	1,77	0,46	2,62	0,36	0,84	0,39	(0,92)	0,16	1,34	0,27	0,56	8,66	45,71
	Composto	0,26	2,12	0,53	2,55	0,27	0,75	0,06	(1,23)	0,07	1,44	0,62	0,44	8,26	45,41

Fonte: BBDTVM / Informativo Mensal – PREVBEP / Controles Internos.

Comentário – Uma análise na Rentabilidade do Fundo BB Terra do Sol [Renda Fixa], espelhado no quadro acima, nos leva aos seguintes resultados: Superior: Meta Atuarial = 2,28 [8,66 – 6,38]; Inferior: CDI = (4,58) [8,66

- 13,24] - INPC + 5% = (3,18) [11,84 - 8,66].

1.4.2. Investimentos Imobiliários

Tabela VIII - Evolução Investimentos Imobiliários					
Descrição	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Variação
	Valores - R\$	% V	Valores - R\$	% V	% H
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.439.761,42	100,00	886.536,19	100,00	62,40
Imóvel Coelho Rodrigues, 1573 - Teresina - PI. (*)	997.386,85	69,50	744.218,18	75,31	34,02
. Terreno	814.932,40		529.655,74		
. Edificações	182.454,45		214.562,44		
Imóvel Coelho Rodrigues, 1390 - Teresina - PI.(*)	437.701,32	30,50	244.006,12	24,69	79,38
. Terreno	385.824,60		174.937,96		
. Edificações	51.876,72		69.068,16		
Totais	1.435.088,17	99,68	988.224,30	111,47	45,22
. Terreno	1.200.757,00		704.593,70		
. Edificações	234.331,17		283.630,60		
(-) Depreciação	2.343,30	0,16	106.704,66	12,26	(97,84)
(+) Provisão Aluguéis	7.016,55	0,49	7.016,55	0,79	

Fonte: Controles Internos / Balançotes Mensal - Dezembro / Junho/2015

(*) REAVALIAÇÃO Contabilizada em Outubro / 2015, conforme Laudo de Reavaliação de 30/09/2015.

Comentário – Rendimentos auferidos com alugueis da carteira imobiliária são componentes da taxa de retorno dessa modalidade de investimento. Quer pelo fato determinante do fluxo descontado da operação que determina o valor do ativo, quer pelo fato de ser o único fator de liquidez desta modalidade. Inadimplência de locatário provoca perda de rentabilidade e redução do fluxo de caixa.

1.4.3. Empréstimos e Financiamentos a Participantes

Dentre os investimentos a PREVBEP adota a política de concessão de empréstimos simples aos Participantes e Assistidos, obedecendo ao limite percentual de aplicação definido na Resolução nº 3.792, de 24/09/09, do Conselho Monetário Nacional, e às normas internas da Entidade. No quadro a seguir são demonstradas as posições de saldos do 2º semestre de 2015 e 1º semestre de 2015.

Tabela X – Evolução Empréstimos e Financiamentos a Participantes					
Discriminação	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Variação
	Valor - R\$	% V	Valor - R\$	% V	% H
EMPRÉSTIMOS	441.053,68	100,00	417.186,08	100,00	5,72
• Principal	446.406,54	101,21	425.627,89	102,02	4,88
(+) Inadimplentes	62.949,18	14,27	54.432,17	13,05	15,65
(-) Provisão Liquidação Duvidosa	68.302,04	15,48	62.873,98	15,07	8,63

Fonte: Balançotes Mensais / Controles Internos da PREVBEP.

(*) – Saldos em 31.12.2015 e 30.06.2015. Juros: 1,00 % a.m. Correção: TR Mensal. Taxa Administração: R\$ 2,00 em cada prestação mensal.

Comentário – Os riscos apresentados na carteira de empréstimos a participantes da PREVBEP são muito pulverizados, em razão de montantes individuais pequenos e limitados a múltiplos da remuneração dos participantes ativos e ao benefício dos participantes assistidos. As parcelas mensais de reembolso cobradas dos participantes ativos são debitadas em conta corrente na data dos recebimentos dos salários junto ao Patrocinador, enquanto as relativas aos participantes assistidos são cobradas na folha de benefícios.

Observamos que as inadimplências posicionadas em Dezembro/2015 (R\$ 62.949,18) representam 14,27% do

saldo da carteira de empréstimos, estando acima do patamar satisfatório de 1% para esse tipo de risco de crédito. A INADIMPLÊNCIA, conforme citações nas Manifestações anteriores advêm dos processos judiciais nº 0014833-67.2010.8.18.0140, tramitando na 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina, desde 2010, cujo Requerido desligou-se do BEP S. A., e nº 0027966 40.2014.8.18.0140, tramitando na 7ª Vara Cível da Comarca de Teresina, cujo Requerido (autofinanciado) encontra-se desaparecido de Teresina, com endereço ignorado. Saldo devedor registrado na data base de 31.12.2015, em "Inadimplentes" – R\$ 20.247,67 e R\$ 37.164,20, respectivamente, totalizando R\$ 57.411,87; o restante R\$ 5.537,31, segundo informações da Diretoria de Seguridade e Administração, refere-se a diversos tomadores regularizados após a data base da informação.

Recomendação – Tendo em vista que a inadimplência continua crescendo (de 11,01% em dez/2014 para 13,05% em junho/2015 e para 14,27% em dez/2015), reiteramos a recomendação feita na manifestação anterior de que a PREVBEP adote medidas para reverter tal situação, informando ao Conselho Fiscal acerca das medidas adotadas.

1.5. Rentabilidade

1.5.1. Rentabilidade Comparada

Ativos	2º Semestre 2015		1º Semestre 2015		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
Renda Fixa	3.007.117,64	82,35	7.061.442,24	98,99	(57,41)
Fundo BB Terra do Sol	3.007.117,64		7.061.442,24		(57,41)
Imóveis (*)	607.550,08	16,64	41.182,92	0,58	1.375,24
Empréstimos a Participantes	36.899,65	1,01	30.728,62	0,43	20,08
Totais	3.651.567,37	100,00	7.133.353,78	100,00	(48,81)

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

(*) Reavaliação Setembro 2015 conforme legislação em vigor.

Comentário – Comparando-se a rentabilidade entre o 1º semestre/2015 e o 2º semestre/2015, observamos um desaquecimento da ordem de 48,81%, ocasionado, principalmente, pela queda na rentabilidade do Fundo BB Terra do Sol, embora haja uma considerada elevação na rentabilidade de Imóveis, em razão de reavaliação.

1.5.2. Evolução da Rentabilidade por Segmentos

Meses	Ativos				Indicadores (%)								
	Plano Previdencial				P G A								
	Renda Fixa	Imóveis	Emp.	Total	Renda Fixa	Meta Atuarial	CDI	IBOV.	INPC	INPC (+) 5,00 %	TR	TR (+) 5,00 %	
Julho / 2015	0,395	0,420	(0,941)	0,389	0,395	0,599	1,177	(4,170)	0,580	0,609	0,231	0,242	
Agosto 2015	(0,921)	0,422	2,158	(0,896)	(0,920)	0,555	0,250	(8,330)	0,250	0,263	0,187	0,196	
Setembro / 2015	0,165	0,423	1,669	0,174	0,163	0,560	1,107	(3,360)	1,800	1,890	0,192	0,202	
Outubro / 2015	1,339	64,756	1,067	1,904	1,343	0,547	1,108	1,800	0,770	0,809	0,170	0,179	
Novembro / 2015	0,269	0,712	1,037	0,279	0,271	0,498	1,055	(1,830)	1,110	1,166	0,130	0,136	
Dezembro / 2015	0,557	(0,054)	0,480	0,548	0,556	0,593	1,161	(3,930)	0,900	0,945	0,225	0,236	
Acum	2º Semestre	1,926	69,712	5,870	2,564	1,925	3,497	10,359	(16,189)	4,474	4,698	1,611	1,692
	1º Semestre	6,734	2,601	5,448	6,690	6,736	2,879	2,879	2,879	6,802	7,142	0,181	0,190
	Ano	8,660	72,313	11,318	9,254	8,661	6,376	13,239	(13,310)	11,276	11,840	1,792	1,882

Fonte: PRP / DNP – Mensal – PREVBEP / Controles Internos

Comentário – Os investimentos do Plano de Gestão Previdencial – PGP e Plano de Gestão Administrativa – PGA encerraram o ano com uma rentabilidade acumulada de 9,25 % e 8,66 %, respectivamente, acima 2,87% e 2,28 %, respectivamente, da Meta Atuarial. Em relação aos segmentos que o compõem, observamos:

Renda Fixa – Onde estão alocados 98,12%, dos recursos para uma rentabilidade de 8,66%, acima 2,28% da Meta Atuarial, que era de 6,38%.

Investimentos Imobiliários – Onde estão alocados 1,44% dos recursos, apresentou uma rentabilidade de 72,31%, acima da Meta Atuarial, que era de 6,38%. Observe-se que houve reavaliação conforme a legislação em vigor.

Empréstimos a Participantes – Onde estão alocados 0,44% dos recursos, apresentou uma rentabilidade de 11,32%, acima 4,94% da Meta Atuarial, que era de 6,38%. Observamos, ainda, que as rentabilidades acumuladas do Plano de Gestão Previdencial – PGP e do Plano de Gestão Administrativa – PGA ficaram abaixo do CDI em 3,18 % e 4,58 %, do Benchmark (INPC + 5,00%).

1.5.3. Resultados Comparados

Tabela XIII – Resultado Comparado			
Descrição	2º Semestre / 2015	1º Semestre / 2015	Variação (% H)
ADIÇÕES	330.454,76	314.274,23	5,15
[-] Deduções	1.108.277,69	1.057.945,06	4,76
[-] Custeio Administrativo	513.051,24	513.051,24	
[+] Resultados dos Investimentos	2.090.398,23	6.587.161,40	(68,27)
[+/-] Constituição / Reversão de Provisões Atuariais	242.876,73	222.946,18	8,94
[+/-] Constituição / Reversão de Fundos	6.143.919,56	623.324,25	885,67
RESULTADO	6.700.566,89	4.484.168,90	49,43

Fonte: Balançotes Junho e Dezembro / 2015.

Comentários

Como se observa na tabela acima, as variações acentuadas estão localizadas nas constituições/reversões de provisões atuariais e fundos, ou seja, no final do 2º semestre/2015, quando do fechamento do balanço do exercício, os valores contabilizados nestas rubricas são mais acentuados e foram adequados à nova legislação.

O Custeio Administrativo é orçado anualmente com repasse entre as contas mensalmente, portanto iguais em ambos os semestres.

1.1. Gestão de Riscos

Para Gerenciar os riscos de mercado e liquidez inerente a cada Fundo, a Administradora Externa possui em sua estrutura uma Gerência Executiva responsável por estes riscos. Adotando a política de segregação entre a gestão dos portfólios e a gestão de risco, as responsabilidades dessa Gerência, em relação aos riscos de mercado e liquidez, consistem em:

- a) *Propor políticas e estratégias para gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez;*
- b) *Propor desenvolver modelos, processos e instrumentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado e de liquidez;*
- c) *Assessorar na gestão dos riscos de mercado e liquidez dos Fundos de Investimentos;*
- d) *Avaliar a aderência dos modelos de riscos de mercado;*
- e) *Promover o alinhamento da Entidade à regulamentação e autorregulação referente à gestão dos riscos de mercado e liquidez de fundos de investimento.*

1.6.1. Risco de Mercado

Considerando que os recursos da PREVBEP estão investidos, majoritariamente, no segmento de renda fixa, através do Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado, Fundo Exclusivo, o controle dos riscos citados é feito em áreas específicas do gestor, cabendo a eles zelar pela adequada gestão dos riscos envolvendo os investimentos da Entidade.

O Monitoramento deste risco na Entidade dá-se dentre outros meios, pelo:

- a) Acompanhamento diário/mensal dos Relatórios Gerados sobre o Desempenho do Fundo BB Terra do Sol, em seus segmentos de aplicação, em renda fixa e variável.
- b) Confronto dos relatórios de posição dos fundos com os limites regulamentares específicos.

Os critérios de precificação dos ativos e avaliação de risco do gestor foram avaliados no processo de sua contratação e são reavaliados periodicamente.

Os riscos de mercado estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos e nos Normativos da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e IN/SPC/MPS nº 14, de 18 de janeiro de 2007.

1.6.2. Risco de Crédito

O comitê de crédito do gestor externo dos investimentos é responsável pelo acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras e não financeiras. Além dos critérios de análise de crédito usuais, é considerada a classificação de "rating" (avaliação) estabelecida pelas agências especializadas. Caso um título possua "rating" (avaliação) de mais de uma agência é válido o menor "rating" (avaliação).

Na PREVBEP a gestão do risco de crédito está sendo realizada considerando principalmente a classificação de risco das principais Agências classificadoras de "ratings" (avaliação), em títulos de dívida bancária ou corporativa e nas operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

O risco de crédito das carteiras da PREVBEP também é administrado através da definição de limites de diversificação por emissor.

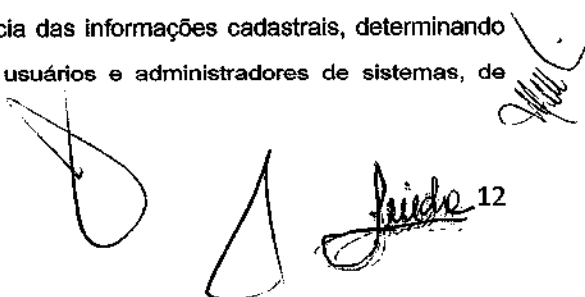
1.6.3. Risco de Liquidez

A PREVBEP mantém rigoroso sistema de fluxo de caixa e mediante análises contábeis do Ativo e Passivo, de forma regular, são feitas avaliações para apurar quaisquer focos de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas. Ainda todos os compromissos são quitados nas datas apazadas evitando-se encargos por atrasos.

Ademais, considerando que o fluxo de receita Previdencial é Insuficiente para honrar mensalmente a folha de benefícios, são programados resgates do Fundo, para a data próxima de pagamento, evitando-se valores em caixa sem rentabilidade, até porque devemos considerar as possibilidades de perda decorrente das diferenças temporais entre os fluxos de caixa gerados pelos ativos e passivos, bem como, de perda decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado.

1.6.4. Risco Operacional

A PREVBEP zela permanentemente pela exatidão e pela consistência das informações cadastrais, determinando procedimentos de contingência e a segregação de funções entre usuários e administradores de sistemas, de forma a garantir a integridade e segurança dos dados armazenados.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 12.

Atento a possíveis riscos operacionais advindos de Recursos Humanos e/ou de Sistemas, quaisquer alterações operacionais e ou legais são disponibilizadas aos colaboradores da área contábil e de segurança. Também são orçadas, anualmente, verbas para fins de treinamento de pessoal.

1.6.5. Risco Legal

A PREVBEP possui uma agenda de compromissos (periodicidades e responsáveis), para minimizar o risco do não cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, além da contratação do Dr. Francisco Mazza de Castro que presta uma assessoria jurídica nas esferas cíveis e trabalhistas, com excelentes resultados.

1.6.6. Risco Sistêmico

O gerenciamento do risco sistêmico é realizado pelos gestores buscando sempre minimizar a exposição dos ativos a riscos desta natureza, ou seja, atentos às variações ocorridas no mercado financeiro quando da negociação de papéis do Fundo.

1.6.7. Risco de Gestão

A terceirização da gestão de recursos requer o monitoramento dos prestadores de serviço que se encarregam da tarefa. Para mitigar esse risco, todos os processos de seleção dos gestores são conduzidos conforme diretrizes estabelecidas em documentos internos.

Além disso, há o acompanhamento, com assessoria de consultoria especializada, dos seguintes pontos relativos aos gestores terceirizados:

- Alterações profundas na estrutura da instituição gestora dos recursos;
- Mudanças na equipe principal;
- Mudança de perfil de risco dos investimentos;
- Eventuais desenquadramentos.

Com isso, o risco de gestão e, conseqüentemente, o risco de terceirização é minimizado.

1.6.8. Divergência não Planejada – DNP

Tabela XIV – Divergência não Planejada – DNP													
Descrição	Exercício 2015												
	Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez	Acum.
P Renda Fixa	0,527	1,772	0,457	2,615	0,363	0,840	0,395	-0,921	0,165	1,339	0,2693	0,557	8,6603
P Imóveis	0,294	0,497	0,431	0,518	0,417	0,418	0,420	0,422	0,423	64,756	0,7123	-0,054	72,313
G Empréstimos	0,223	1,972	0,219	1,138	0,581	1,208	-0,941	2,158	1,869	1,0667	1,0374	0,4802	11,318
P Consolidado	0,523	1,760	0,456	2,589	0,364	0,838	0,389	-0,896	0,174	1,9044	0,2792	0,5479	9,254
TMA TR + 5%	0,456	0,384	0,498	0,475	0,483	0,549	0,599	0,555	0,560	0,5471	0,4977	0,5993	6,3763
P TMA TR + 5%	0,456	0,384	0,498	0,475	0,483	0,549	0,599	0,555	0,560	0,5471	0,4977	0,5993	6,3763
G Retorno	0,528	1,772	0,458	2,616	0,362	0,840	0,395	-0,920	0,163	1,3391	0,2705	0,5561	8,6613
A Desvio Padrão	0,807	0,658	0,713	1,090	1,131	0,206	0,247	0,635	0,538	0,5947	0,5096	0,095	11,84

Fonte: PRP / DNP – Mensal – PREVBEP / Controles Internos.

Demonstrativo das DNP's dos planos PGP e PGA, no 2º semestre de 2015, calculadas conforme o que dispõe a Instrução PREVIC nº 02/2010.

Constatação – No Plano de Gestão Previdencial – PGP ocorreram DNP's negativas nos segmentos de Renda Fixa no mês de agosto (0,921), Empréstimo no mês de Julho (0,941) e Investimentos Imobiliários no mês de Dezembro (0,054), mesmo com reajustes revisionais nos alugueis programados para o período Janeiro/2015 a

Dezembro/2018, sendo que a partir do dia 01 de janeiro de 2019 os reajustes obedecerão às regras do IGPM – Alugueis ou outros que venham a substituí-lo. No Plano de Gestão Administrativa – PGA ocorreu DNP negativa no mês de agosto (0,92).

1.6.9. Classificação de Riscos das Principais Agências Classificadoras

Tabela XV – Classificação de Riscos						
Moody's		S & P		Fitch		
Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	
Aaa	P1	AAA	A-1+	AAA	F1+	Prime
Aa1		AA +		AA +		Grau Elevado
Aa2		AA		AA		
Aa3		AA -		AA -		
A1	P - 2	A+	A - 1	A +	F 1	Grau Médio Elevado
A2		A		A		
A 3	P - 3	A -	A - 2	A -	F 2	Grau Médio Baixo
Baa1		BBB+		BBB+		
Baa2		BBB		BBB		
Baa3	Not Prime	BBB-	A-3	BBB -	F 3	Grau de Não Investimento
Ba1		BB+		BB+		
Ba2		BB		BB		
Ba3		BB -		BB -		
B1		B+		B +		
B2		B		B		
B3		B -		B-		
Caa1	Not Prime	CCC+	C	CCC	C	Risco Substancial
Caa2		CCC				Extremamente especulativo
Caa3		CCC -				Em moratória com uma pequena expectativa de recuperação
Ca		CC				
C	D	/	/	DDD	/	Em Moratória
/				DD		
/				D		

Fonte: Brasil Econômico

Moody's

Graus de investimento:

Aaa: menor grau de risco.

Aa (Aa1, Aa2, Aa3): alta qualidade da nota, com risco de crédito muito baixo.

A (A1, A2, A3): grau médio-alto.

Baa1, Baa2, Baa3: risco de crédito moderado.

Grau especulativo

Ba1, Ba2, Ba3: questionável qualidade de crédito.

B1, B2, B3: sujeitas a alto risco de crédito.

Caa1, Caa2, Caa3: extremamente pobre qualidade de crédito.

Ca: altamente especulativas ou normalmente em falta com as obrigações de depósito.

C: mais baixa classe de títulos e potencialmente de valores de recuperação baixos.

Standard and Poor's (S&P)

As notas de risco da S&P vão de AAA (triple A, no jargão econômico) até D (grau especulativo). Dentro de cada nota há ainda uma classificação positiva, negativa e neutra para cada qualificação. A classificação positiva indica que na próxima avaliação a tendência é de alta da nota, assim como o negativo indica queda e neutro, estabilidade.

Grau de investimento na S&P: AAA, AA, A e BBB.

A partir de BB, a agência classifica o emissor do título como grau especulativo, ou seja, não garante a solvência de títulos.

Fitch

De AAA até AA-: grau elevado.

A+ até BBB-: grau médio.

BB+ até BB-: grau especulativo.

B+, B e B-: altamente especulativo.

CCC até D -: Risco substancial até moratória.

1.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE GESTÃO PREVIDENCIAL – PGP E DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 2º SEMESTRE DE 2015, encaminhada ao Conselho Fiscal, espelhadas nos itens 1.1. a 1.6., deste Relatório, e em atendimento aos Incisos I e II do artigo 19 da Resolução do CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, constatamos que a gestão dos recursos do Plano de Benefícios Definidos – BD, Gestão Previdencial – PGP e Gestão Administrativa – PGA estão aderentes à Resolução do CMN 3.792/09 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, atendendo às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos de 2015, devendo ser considerados os comentários e as recomendações apresentados.

2. ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP

2.1. População de Participantes

Participantes	31.12.2015		30.06.2015		Variação % H
	Quant.	% V	Quant.	% V	
Ativos	36	19,05	38	20,21	(5,26)
Autopatrocinado	13	7,41	14	7,45	(7,14)
Assistidos (Aposentados)	107	56,08	105	55,85	0,95
Pensionistas	33	17,46	31	16,49	6,45
Totais	189	100,00	188	100,00	0,53

Fonte: Controles Internos da PREVBEP.

Comentário – Em razão de o Plano estar fechado a novas adesões, exceto àqueles procedentes do antigo BEP, hoje atuando no Patrocinador, a movimentação da População de Participantes processa-se apenas entre Ativos / Autopatrocinado e Assistidos (Aposentados/Pensionistas).

A elevação de um participante no exercício de 2015 ocorreu em razão de duas pensões que estavam computadas como uma.

2.2. Premissas Atuariais – 2015

Premissas	Taxa Real Anual de Juros (Taxa de Desconto Atuarial)	Projeção Crescimento Real de Salário	Fator de Capacidade	Capacidade Crescimento Benefícios	Indexador do Plano
Econômicas e Financeiras	4,5% a. a.	3,10% a. a.	100,00%	0,00% a.a.	INPC
Biométricas	Tabua de Mortalidade Geral	Tabua de Entrada em Invalidez	Tábua de Mortalidade de Inválidos		
	AT-2000 suavizada em 10%	ALVARO VINDAS	Winklevoss		
Demográficas	Casados	Diferença Idade Entre Títular e Cônjuge	Entrada de Aposentadoria Programada (1)	Tempo de Contribuição à Previdência Social	Rotatividade (Turnover)
	82%	4 anos	100 % Elegibilidade	Idade Atual - 18 Anos	Não Aplicado
Estatísticas	Participantes (*)				(1) Legenda
	Ativos	Aposentados	Inválidos	Pensionistas	Os participantes aposentam-se quando preenchem a primeira das seguintes condições: • 65 (60) anos de idade para homens (mulheres); e • 10 anos de serviços na patrocinadora. Ou, • 35 (30) anos de INSS para homens (mulheres); e, • 57 anos de idade; e, • 10 anos de serviços na patrocinadora. (Mirador 186/2016).
Frequência de Participantes	47	96	13		
Frequência de Grupos Familiares				33	
Idade Média (anos)	55	66	62	72	
Tempo Médio de Empresa (anos)	32				
Tempo Médio de Serviço Futuro (anos)	3				
Folha Salário Mensal	345.805,15	138.130,18	15.676,73	12.311,63	
Salário Médio	7.357,56				
Benefício Médio Mensal		1.438,86	1.205,90	373,08	

Fonte: Mirador / Avaliação Atuarial 2015.

(*) Frequência Participantes: Ativos - No Patrocinador / Autofinanciado (33 + 14) = 47

Assistidos (Aposentado) - Invalidez / Tempo Serviço / Outros (13 + 96) = 109

Pensionistas - 33

Total - (47+109+33) = 189

Comentário – Para projeção do passivo previdenciário do Plano BEP, foram consideradas as mesmas premissas e definições daquelas praticadas na avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2014, com exceção do crescimento real de salários que passou de 2,50% para 3,10% ao ano (*Mirador 186/2016*).

A Taxa de Juros Anual (taxa de desconto atuarial) está adequada às exigências das Resoluções Nº 09 e Nº 10 do CNPC, publicadas nos meses de novembro e dezembro de 2012, respectivamente.

2.2.1. Plano de Custeio

Em vista da possibilidade de utilização de parcela do Superávit Técnico para readequação das contribuições de participantes, assistidos e Patrocinador, foram mantidas as alíquotas vigentes até a definição dos novos patamares contributivos na seguinte característica.

◇ Participantes Ativos

Percentual sobre o Salário de Participação (SP), em função da idade de ingresso no plano: 1,2% aos 18 anos, incrementando-se em 0,04% por idade, até a idade de 48 anos; mais 1,6% sobre o excesso do Salário de Participação em relação à metade do teto do salário de benefício do INSS; mais 5,6% sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao teto do salário de benefício do INSS, até o limite regulamentar.

◇ Participantes Assistidos

6,0% sobre o valor da suplementação paga pelo plano para aqueles aposentados com 30 ou mais anos de serviço até a aposentadoria. Não existem contribuições para o grupo de pensionistas.

◇ Patrocinador

Percentuais de contribuição paritários aos dos participantes ativos.

2.3. Ativo Líquido do Plano Previdencial

Descrição	Tabela XVIII – Demonstrativo do Ativo Líquido				
	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
Ativo Total	113.850.100,27	100,00	112.883.853,45	100,00	0,86
[-] Exigível Operacional	174.383,95	0,15	254.485,18	0,23	(31,48)
[-] Exigível Contingencial	7.718.230,82	6,78	8.770.244,94	7,77	(12,00)
[-] Fundos	20.731.745,66	18,21	13.935.837,19	12,35	48,77
[-] Fundos Administrativos	13.226.652,56		13.176.708,46		0,38
[-] Fundos Previdenciais (1)	7.505.093,10	100,00	759.128,73	100,00	888,65
Reserva Especial – Participantes	5.122.226,04	68,25	518.105,35	68,25	888,65
Reserva Especial – Patrocinador	2.382.867,06	31,75	241.023,38	31,75	888,65
Ativo Líquido do Plano	85.225.739,84	74,86	89.923.286,14	79,65	0,55

Fonte: Balançotes Junho e Dezembro / 2015.

Comentário – A Resolução CNPC nº 22/2015, entre outros pontos, estabelece:

a). A definição de limites de DEFICIT e SUPERAVIT se dará em função do DURATION dos Planos, criando uma ZONA DE EQUILÍBRIO, onde não é necessário o equacionamento de DÉFICITS nem a distribuição do SUPERÁVITS.

b). Para SUPERAVIT TÉCNICO, o limite da Reserva de Contingência [em %] será igual ao menor entre [25% e 10% + (1% de DURATION)].

c). As novas regras entram em vigor a partir em 03.12.2015, sendo que a partir dos resultados do exercício de 2015 a sua aplicação é obrigatória.

Assim, foi apurado para formação dos Fundos Previdenciários o valor de R\$ 7.505.093,08, em 31.12.2015, sendo alocados: R\$ 5.122.226,04, na conta do PARTICIPANTE (referente a proporção de 68,25% do total apurado) e R\$ 2.382.867,06 na conta do PATROCINADOR (referente a proporção de 31,75% do total apurado)

2.4. Evolução do Patrimônio Social

Discriminação	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
PATRIMONIO LIQUIDO COBERTURA DO PLANO	85.225.739,84	80,43	89.923.286,14	86,58	(5,22)
[+] FUNDOS	20.731.745,66	19,57	13.935.837,19	13,42	48,77
Fundos Administrativos	13.226.652,56	12,48	13.176.708,46	12,69	0,38
Fundos Previdenciais	7.505.093,10	7,08	759.128,73	0,73	888,65
Reserva Especial – Participantes	5.122.226,04		518.105,35		
Reserva Especial – Patrocinador	2.382.867,06		241.023,38		
PATRIMONIO SOCIAL	105.957.485,57	100,00	103.859.123,33	100,00	2,02

Fonte: Balançotes Junho e Dezembro / 2015.

Comentário – Duas variáveis compõem o Patrimônio Social da Entidade, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. A evolução apresentada pelo Patrimônio Social neste semestre foi de 2,02%, em relação ao 1º semestre de 2015, resultando num Patrimônio Social de R\$ 105.957.485,57, em 31 de Dezembro de 2015.

2.5. Evolução do Passivo Atuarial

Descrição	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
PROVISÕES MATEMÁTICAS	68.874.850,36	100,00	69.721.480,54	100,00	(1,21)
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	33.124.346,95	48,09	29.826.060,09	42,78	11,06
BD E ESTRUTURA DO REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	33.124.346,95		29.826.060,09		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	27.358.374,59		25.074.382,21		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	5.765.972,36		4.751.677,88		
BENEFÍCIOS A CONCEDER	36.750.503,41	51,91	39.895.420,45	57,22	(10,39)
BD E EST. DO REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADA	35.233.308,02		39.197.719,19		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	36.181.048,78		40.692.935,73		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras do Patrocinador	473.870,38		747.608,27		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	473.870,38		747.608,27		
BD E EST. DO REGIME DE CAPIT. NÃO PROGRAMADA	517.195,39		697.701,26		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	531.107,43		731.676,18		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras do Patrocinador	6.956,02		16.987,46		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	6.956,02		16.987,46		

Fonte: Avaliação Atuarial / Mirador Atuarial.

Comentário – O decréscimo entre o 1º semestre / 2015 e o 2º semestre / 2015 é resultado de ajustes para atender às normas atuais, conforme mencionado no Item 2.3. – Comentários.

2.6. Receitas Previdenciárias

As Receitas Previdenciárias do Plano de Benefícios Definido – BD representam as contribuições normais, amortizações e custeio administrativo Previdencial. Na expectativa de aprovação das Alterações do Regulamento com Suspensão de Contribuições foram orçados valores para esta rubrica apenas nos meses de Janeiro a Abril/2015.

Tabela XXI – Receitas Previdenciárias										
Discriminação	Valores em Reais					Quantidades				
	2º Sem/2015		1º Sem/2015		Var	2º Sem/2015		1º Sem/2015		Var
	Valor	% V	Valor	% V	% H	Unidade(*)	% V	Unidade(*)	% V	% H
Ativos	123.862,22	37,48	132.293,35	42,09	- 6,37	34	6,60	37	27,41	- 8,11
Autopatrocinado	57.392,28	17,37	50.201,17	15,97	14,32	13		14	10,37	- 7,14
Assistidos	59.478,96	18,00	48.920,49	15,57	21,58	85		83	61,48	2,41
Patrocinador	88.834,40	26,88	82.742,92	26,33	7,36	1		1	0,74	-
Subtotal	329.567,86	99,73	314.157,93	99,96	4,91	133	6,60	135	100,00	- 1,48
Out. Rec. Corrente	886,90	0,27	116,30	0,04						
TOTAIS	330.454,76	100,00	314.274,23	100,00	5,15	133	6,60	135	100,00	- 1,48

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

(*) Quantidade Correspondente àqueles que contribuem efetivamente para PREVBEP.

Comentário – As Receitas Previdenciárias no 2º semestre de 2015, registradas contabilmente como ADIÇÕES, totalizaram R\$ 330.454,76, em Dezembro / 2015, representando uma variação positiva de 4,91% em relação ao 1º semestre de 2015, consequência de aumento salarial da classe.

2.7. Despesas Previdenciárias

Tabela XXII – Despesas Previdenciárias										
Discriminação	Valores em Reais					Quantidades				
	2º Semestre 2015		1º Semestre 2015		Var	2º Semestre 2015		1º Semestre 2015		Var
	Valor	% V	Valor	% V	% H	Unid.	% V	Unid.	% V	% H
Tempo Contribuição	865.798,69	80,27	830.037,40	78,46	4,31	90	63,38	87	62,59	3,45
Idade	9.152,27	0,85	9.152,28	0,87	(0,00)	4	2,82	4	2,88	-
Invalidez	101.839,27	9,44	95.969,79	9,07	6,12	13	9,15	12	8,63	8,33
Pensões	80.025,60	7,42	79.522,37	7,52	0,63	33	23,24	33	23,74	-
Auxílio Doença	21.764,30	2,02	43.263,22	4,09	(49,69)	2	1,41	3	2,16	(33,33)
Subtotais	1.078.580,13	100,00	1.057.945,06	100,00	1,95	142	100,00	139	100,00	2,16
Resgates										
Totais	1.078.580,13	100,00	1.057.945,06	100,00	1,95	142	100,00	139	100,00	2,16

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

Comentário – As obrigações com benefícios no 2º semestre de 2015, registradas contabilmente como DEDUÇÕES, atingiram o montante de R\$ 1.078.580,13, superior em 1,95% em relação ao 1º semestre 2015.

2.8. Fluxo Operacional

Tabela XXIII – Fluxo Operacional						
Descrição	2º Semestre / 2015			1º Semestre / 2015		
	Projetado	Realizado	Var % H	Projetado	Realizado	Var % H
Adições	-	330.454,76		313.752,96	314.274,23	0,17
Deduções	1.079.371,68	1.108.277,69	2,68	1.079.371,68	1.057.945,06	- 1,99
Fluxo Operacional	- 1.079.371,68	- 777.822,93	- 2,68	- 765.618,72	- 743.670,83	2,15

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP

Comentário – O Fluxo Operacional negativo decorre das contribuições (Adições), que permanecem restritas apenas a Ativos.

2.8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 2º SEMESTRE DE 2015

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 2º SEMESTRE DE 2015, encaminhada ao Conselho Fiscal, espelhadas nos itens 2.1. a 2.8. deste Relatório, e em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, constatamos que as premissas e hipóteses atuariais e os resultados patrimoniais do Plano BEP, conforme informações atuariais estão aderentes ao equilíbrio patrimonial com relação aos compromissos e obrigações do plano, devendo ser considerados os comentários e as recomendações apresentados.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.1. Execução Orçamentária do Programa Previdencial – Projetado versus Realizado

Tabela XXIV – Execução Orçamentária Gestão Previdencial						
Descrição	2º Semestre / 2015			1º Semestre / 2015		
	Projetado	Realizado	Var % H	Projetado	Realizado	Var % H
A. Adições	-	330.454,76		156.876,49	314.274,23	100,33
Patrocinador	-	88.834,40		39.252,16	82.742,92	110,80
Participantes	-	183.341,18		88.021,67	181.213,84	105,87
Ativos	-	123.862,22		61.413,73	132.293,35	115,41
Assistidos	-	59.478,96		26.607,94	48.920,49	83,86
Autopatrocinado	-	57.392,28		29.602,66	50.201,17	69,58
Outras	-	886,90			115,86	
B. Deduções	1.079.371,67	1.078.580,13	(0,07)	1.079.371,67	1.057.945,06	(1,99)
Aposentadoria Programada	873.321,66	976.790,23	0,19	873.321,66	839.189,68	(3,91)
Tempo de Contribuição	863.696,88	865.798,69	0,24	863.696,88	830.037,40	(3,90)
Idade	9.624,78	9.152,27	(4,91)	9.624,78	9.152,28	(4,91)
Invalidez	90.276,22	101.839,27	12,81	90.276,22	95.969,79	6,31
Pensões	92.856,11	80.025,60	(13,82)	92.856,11	79.522,37	(14,36)
Auxílios	22.917,68	21.764,30	(5,03)	22.917,68	43.263,22	88,78
Institutos						
Resgate						
C. Resultado	- 1.079.371,67	(748.125,37)	(30,69)	(922.495,23)	(743.670,83)	(19,38)

Fonte: PRP / Orçamento Econômico/2015 - PREVBEP / Balançotes - Junho - Dezembro/2015.

Comentário – Adições – Em razão da tramitação para aprovação de Alterações Regulamentares no Plano de Benefícios BEP, e Distribuição do Superávit, quando haverá suspensão das Contribuições, foram orçados valores para estas rubricas apenas nos meses de janeiro a abril /2015, razão do indicador de variação elevado (100,33%).

3.2. Execução Orçamentária do Programa Previdencial – Comparada

Tabela XXV – Execução Orçamentária Gestão Previdencial – Comparada			
Descrição	2015		Var % H
	2º Semestre	1º Semestre	
A. Adições	330.454,76	314.274,23	(4,90)
Patrocinador	88.834,40	82.742,92	(6,86)
Participantes	183.341,18	181.213,84	(1,16)
• Ativos	123.862,22	132.293,35	6,81
• Assistidos	59.478,96	48.920,49	(17,75)
Autopatrocinado	57.392,28	50.201,17	(12,53)
Outras	886,90	115,86	
B. Deduções	1.108.277,69	1.057.945,06	3,65
Aposentadoria Programada	976.790,23	559.484,30	6,56
• Tempo de Contribuição	865.798,69	295.509,59	6,67
• Idade	9.152,27	6.101,52	(1,74)
• Invalidez	101.839,27	66.487,19	0,25
Pensões	80.025,80	53.350,40	(6,76)
Auxílios	21.764,30	15.866,22	(28,77)
Institutos			
Outras (*)	29.697,56		
C. Resultado	(777.822,93)	(743.670,83)	4,59

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

(*) Provisionamento de Créditos junto ao Patrocinador relativos a ressarcimento que ainda não foram honrados, referentes a inclusão na folha de benefícios de decisão judicial (Benefícios Cesta Alimentação).

3.3. Execução Orçamentária do Fluxo dos Investimentos do Plano – Projetado versus Realizado

Tabela XXVI – Fluxo de Investimentos						
Descrição	2º Semestre / 2015			1º Semestre / 2015		
	Projetado	Realizado	Var % H	Projetado	Realizado	Var % H
A. Rendas / Variações Positivas	7.020.565,95	3.651.567,37	(47,99)	6.659.945,64	7.133.353,78	7,11
Renda Fixa	6.977.115,67	3.007.117,64	(56,90)	6.614.601,97	7.061.442,24	6,76
Fundo BB Terra do Sol FI Multi.	6.977.115,67	3.007.117,64	(56,90)	6.614.601,97	7.061.442,24	
Imóveis	29.969,11	607.550,08	1.927,25	32.159,86	41.182,92	28,06
Empréstimos a Participantes	13.481,17	36.899,65	173,71	13.183,81	30.728,62	133,08
Outras Rendas						
B. Deduções/Variações Negativas.		1.048.117,90		0,00	33.141,14	
Renda Fixa		1.023.986,07				
Fundo BB Terra do Sol FI Multi.		1.023.986,07				
Imóveis		12.225,55			19.764,48	
Empréstimos a Participantes		5.428,06			6.905,15	
Outras Deduções		6.478,22			6.471,51	
C. Resultado Fluxo de Investimento.		2.603.449,47		6.659.945,64	7.100.212,64	6,61

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

Comentário – Variáveis que dependem das oscilações do mercado financeiro ao longo do semestre, e que, neste caso, foram desfavoráveis, apresentando a rentabilidade realizada em renda fixa inferior em 56,90% às projeções para o período.

3.4. Execução Orçamentária do Fluxo dos Investimentos do Plano – Comparado

Tabela XXVII – Fluxo de Investimentos			
Descrição	Exercício 2015		
	2º Semestre	1º Semestre	Var % H
A. Rendas / Variações Positivas	3.651.567,37	7.133.353,78	(48,81)
Renda Fixa	3.007.117,64	7.061.442,24	(57,41)
Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado	3.007.117,64	7.061.442,24	(57,41)
Imóveis	607.550,08	41.182,92	1.375,25
Empréstimos a Participantes	36.899,65	30.728,62	20,08
Outras Rendas			
B. Deduções/Variações Negativas	1.048.117,90	33.141,14	3.062,59
Renda Fixa	1.023.986,07		
Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado	1.023.986,07		
Imóveis	12.225,55	19.764,48	(38,14)
Empréstimos a Participantes	5.428,06	6.905,15	(21,39)
Outras Deduções	6.478,22	6.471,51	0,10
C. Resultado Fluxo de Investimento	2.603.449,47	7.100.212,64	(63,33)

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

3.5. Execução Orçamentária do Custeio Administrativo – Projetado versus Realizado

Tabela XXVIII – Execução Orçamentária do Custeio Administrativo – Projetado versus Realizado						
Descrição	2º Semestre / 2015			1º Semestre / 2015		
	Projetado	Realizado	Var % H	Projetado	Realizado	Var % H
A. Receitas	7.020.565,95	4.164.618,61	(40,68)	6.764.608,28	7.646.405,02	13,04
Gestão Previdencial	-	513.051,24		156.876,49	513.051,24	227,04
Fluxo dos Investimentos	7.020.565,95	3.651.567,37	(47,99)	6.607.731,79	7.133.353,78	7,95
B. Despesas	812.770,31	696.035,88	(14,36)	700.669,63	723.144,70	3,21
Pessoal e Encargos	460.140,54	377.494,22	(17,96)	392.654,92	418.901,57	6,68
Treinamentos	7.200,00	7.035,98	(2,28)	1.800,00		(100,00)
Viagens e Estadas	14.600,00	1.458,38	(90,01)	13.200,00	7.003,47	(46,94)
Serviços de Terceiros	193.359,31	225.202,86	16,47	172.464,31	189.534,74	9,90
Despesas Gerais	135.380,59	81.973,22	(39,45)	118.380,59	105.163,39	(11,17)
Depreciações e Amortizações	2.089,87	2.871,22	37,99	2.169,81	2.541,53	17,13
C. Resultado	6.207.795,64	3.468.582,73	(44,13)	6.063.938,65	6.923.260,32	14,17

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

Comentário – Conforme comentário inserido no item 3.1. “Em razão da tramitação para aprovação de Alterações Regulamentares no Plano de Benefícios BEP, e Distribuição do Superávit, quando haverá suspensão das Contribuições, foram orçados valores para estas rubricas apenas nos meses de janeiro a abril /2015”, razão da ausência de valores projetados para Gestão Previdencial no 2º semestre / 2015. Quanto aos valores

“REALIZADOS”, iguais em ambos os semestres, tratam-se de previsões orçamentárias mensais iguais no decorrer do exercício.

3.6. Execução Orçamentária do Custeio Administrativo – Comparado

Tabela XXIX – Execução Orçamentária do Custeio Administrativo			
Descrição	Exercício 2015		
	2º Semestre	1º Semestre	Var % H
A. Receitas	4.164.618,61	7.646.405,02	(45,53)
Gestão Previdencial	513.051,24	513.051,24	-
Fluxo dos Investimentos	3.651.567,37	7.133.353,78	(48,81)
B. Despesas	696.035,88	723.144,70	(3,75)
Pessoal e Encargos	377.494,22	418.901,57	(9,88)
Treinamentos	7.035,98		
Viagens e Estádias	1.458,38	7.003,47	(79,18)
Serviços de Terceiros	225.202,86	189.534,74	18,82
Despesas Gerais	81.973,22	105.163,39	(22,05)
Depreciações e Amortizações	2.871,22	2.541,53	12,97
C. Resultado	3.468.582,73	6.923.260,32	(49,90)

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

Comentário – Em relação ao 1º semestre de 2015, o Resultado da Execução Orçamentária do Custeio do 2º semestre apresentou uma variação negativa 49,90%, decorrente, principalmente, da performance do Fluxo de Investimentos, em razão das oscilações do Mercado Financeiro.

3.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 2º SEMESTRE DE 2015

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 2º SEMESTRE DE 2015, encaminhada ao Conselho Fiscal, espelhadas nos itens 3.1. a 3.6. deste Relatório, e em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, constatamos que a execução orçamentária da Gestão Previdencial, dos Investimentos e das Despesas Administrativas do 1º Semestre de 2015 apresentam controles segregados, ensejando o acompanhamento tempestivo das suas variações. Devemos esclarecer que a PREVBEP elaborou Orçamento do Plano Previdencial, atendendo ao § 1º do artigo 16º da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, e Orçamento do Plano Administrativo em consonância com a Resolução do CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, devendo ser considerados os comentários e recomendações apresentados.

4. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

4.1. Evolução do Ativo Líquido do PGA

Contas	Dezembro / 2015		Junho / 2015		Variação
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
A. Ativo Total	13.271.239,32	100,00	13.240.249,19	100,00	0,23
Disponível	28.692,00	0,22	17.061,35	0,13	68,17
Realizável	13.214.824,57	99,57	13.203.405,44	99,72	0,09
Gestão Administrativa	125.227,46	0,94	123.288,65	0,93	1,57
Investimentos	13.089.597,11	98,63	13.080.116,79	98,79	0,07
Permanente	27.722,75	0,21	19.782,40	0,15	40,14
B. Passivo	44.586,76	100,00	63.540,73	100,00	(29,83)
Exigível Operacional	44.586,76	100,00	63.540,73	100,00	(29,83)
Gestão Administrativa	44.586,76		63.540,73		(29,83)
Investimentos					
Exigível Contingencial					
C. Ativo Líquido (A-B)	13.226.652,56	99,66	13.176.708,46	99,52	0,38

Fonte: Balancetes Junho e Dezembro – 2015.

Comentário – Conforme valores extraídos dos Balancetes de Junho e Dezembro/2015, observa-se pela Tabela XXX que houve um crescimento no Ativo Líquido do PGA da ordem de 0,38%.

4.2. Fontes e Usos do Custeio Administrativo

Descrição	2º Semestre 2015		1º Semestre 2015		Variação
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
Fontes	867.029,62	100,00	1.346.767,75	100,00	(35,62)
Previdencial	513.051,24	59,17	513.051,24	38,10	-
Resultado Investimento PGA	353.978,38	40,83	833.716,51	61,90	(57,54)
Usos	302,00	100,00	298,80	100,00	1,07
Gestão Previdencial					-
Gestão Investimentos	302,00	100,00	298,80	100,00	1,07
Resultado (Fontes-Usos)	866.727,62		1.346.468,95		(35,63)

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

Comentário – Os valores “Fontes – Previdencial”, iguais em ambos os semestres, trata-se de previsões orçamentárias mensais iguais realizadas no decorrer do exercício.

Houve um decréscimo de 35,63% no Resultado das Fontes e Usos do Custeio Administrativo, em comparação com o 1º semestre de 2015, decorrente do “Resultado do Investimento PGA”, inferior em 57,64% ao referido semestre.

4.3. Rateio das Despesas Administrativas

Tabela XXXII – Rateio das Despesas Administrativas			
RATEIO UTILIZADO EM 2014	Previdencial	Investimentos	Total
		48,33%	51,67%
RATEIO DESPESAS COMUNS PARA 2015			
Cargos	TEMPO DE TRABALHO NAS GESTÕES		
	Previdencial	Investimento	Total
Diretor Superintendente	40,00%	60,00%	100,00%
Diretor Financeiro	100,00%		100,00%
Diretor de Seguridade e Administração		100,00%	100,00%
Advogado	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário I	50,00%	50,00%	100,00%
Funcionário II	50,00%	50,00%	100,00%
Total	290,00%	310,00%	600,00%
Percentual de Rateio	48,33%	51,67%	100,00%
Total			100,00%

Fonte: Orçamento PREVBEP / 2015.

O custeio administrativo comum às duas gestões administrativas, Previdencial e de Investimentos, é rateado de acordo com percentuais de alocação tecnicamente definidos e aprovados pela Diretoria Executiva. O rateio de custeio administrativo foi elaborado de acordo com o critério técnico de participação do grupo de trabalho em cada gestão: 48,33% para as despesas com a Gestão Previdencial e 51,67% para os gastos com a gestão de investimentos.

4.4. Despesas Administrativas Consolidadas – Projetado versus Realizado

Tabela XXXIII – Despesas Administrativas Consolidadas										
Contas	2º Semestre / 2015				Variação % H	1º Semestre / 2015				Variação % H
	Projetado		Realizado			Projetado		Realizado		
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V		Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
GESTÃO PREVIDENCIAL	392.811,92	48,33	357.872,05	51,42	(8,89)	404.466,25	48,33	368.039,92	50,89	(9,01)
Pessoal e Encargos	222.385,92		182.442,96		(17,96)	222.348,96		202.455,14		(8,95)
Treinamentos/Cong./Seminários	3.479,78		3.400,48		(2,28)	1.066,23				
Viagens e Estadias	7.056,18		704,84		(90,01)	7.442,82		3.384,77		(54,52)
Serviços de Terceiros	93.450,56		130.318,48		39,45	105.278,22		110.146,26		4,82
Despesas Gerais	65.429,44		39.617,63		(39,45)	67.151,64		50.825,43		(24,31)
Depreciações e Amortizações	1.010,04		1.387,66		37,39	1.178,38		1.228,32		4,24
GESTÃO INVESTIMENTOS	419.958,63	51,67	338.163,83	48,58	(19,48)	432.415,01	51,67	355.104,78	49,11	(17,88)
Pessoal e Encargos	237.754,82		195.061,26		(17,96)	237.715,10		216.446,43		(8,95)
Treinamentos/Cong./Seminários	3.720,24		3.635,50		(2,28)	1.136,74				
Viagens e Estadias	7.543,82		753,54		(90,01)	7.957,18		3.618,70		(54,52)
Serviços de Terceiros	99.908,76		94.884,38		(5,03)	112.553,81		79.388,48		(29,47)
Despesas Gerais	69.951,15		42.355,59		(39,45)	71.792,37		54.337,96		(24,31)
Depreciações e Amortizações	1.079,84		1.483,56		37,39	1.259,81		1.313,21		4,24
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	812.770,55	100,00	696.035,88	100,00	(14,36)	836.881,26	100,00	723.144,70	100,00	(13,59)
Pessoal e Encargos	460.140,74	56,61	377.494,22	54,23	(17,96)	460.064,06	54,97	418.901,57	57,93	(8,95)
Treinamentos/Cong./Seminários	7.200,02	0,89	7.035,98	1,01	(2,28)	2.202,97	0,26	-		
Viagens e Estadias	14.600,00	1,80	1.458,38	0,21	(90,01)	15.400,00	1,84	7.003,47	0,97	(54,52)
Serviços de Terceiros	193.359,32	23,79	225.202,86	32,36	16,47	217.832,03	26,03	189.534,74	26,21	(12,99)
Despesas Gerais	135.380,59	16,66	81.973,22	11,78	(39,45)	138.944,01	16,60	105.163,39	14,54	(24,31)
Depreciações e Amortizações	2.089,88	0,26	2.871,22	0,41	37,39	2.438,19	0,29	2.541,53	0,35	4,24

Fonte: Demonstrações Contábeis / Relatórios Gerenciais.

Comentário – Quando da elaboração orçamentária adotam-se indicadores que muitas vezes oscilam com variáveis para mais ou para menos, influenciando no quadro comparativo. Na tabela XXXIII é possível observar que a maioria dos indicadores apresentou variação negativa e que o valor “Projetado” constante da Manifestação do 1º Semestre, diferem em alguns valores decorrente de ajuste quanto a “rateio de valores” realizados na peça orçamentária/2015.

4.5. Despesas Administrativas Consolidadas Comparadas

Tabela XXXIV – Despesas Administrativas Consolidadas Comparadas					
Contas	Datas Bases				Variação
	2º Semestre		1º Semestre		
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
GESTÃO PREVIDENCIAL	357.872,05	51,42	368.039,92	50,89	(2,76)
Pessoal e Encargos	182.442,96		202.455,14		
Treinamentos/Congressos/Seminários	3.400,48				
Viagens e Estadias	704,84		3.384,77		
Serviços de Terceiros	130.318,48		110.146,26		
Despesas Gerais	39.617,63		50.825,43		
Depreciações e Amortizações	1.387,66		1.228,32		
GESTÃO DE INVESTIMENTOS	338.163,83	48,58	355.104,78	49,11	(4,77)
Pessoal e Encargos	195.051,26		216.446,43		
Treinamentos/Congressos/Seminários	3.635,50				
Viagens e Estadias	753,54		3.618,70		
Serviços de Terceiros	94.884,38		79.388,48		
Despesas Gerais	42.355,59		54.337,96		
Depreciações e Amortizações	1.483,56		1.313,21		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	696.035,88	100,00	723.144,70	100,00	(3,75)
Pessoal e Encargos	377.494,22	54,23	418.901,57	57,93	(9,88)
Treinamentos/Congressos/Seminários	7.035,98	1,01	-	-	
Viagens e Estadias	1.458,38	0,21	7.003,47	0,97	(79,18)
Serviços de Terceiros	225.202,86	32,36	189.534,74	26,21	18,82
Despesas Gerais	81.973,22	11,78	105.163,39	14,54	(22,05)
Depreciações e Amortizações	2.871,22	0,41	2.541,53	0,35	12,97

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

Comentário – Houve redução de 3,75% nas Despesas Administrativas em relação ao 1º semestre de 2015, tendo como um dos pontos principais a composição da Diretoria e a redução do quadro de pessoal.

4.6. Indicadores de Desempenho do PGA

Tabela XXXV – Indicadores Desempenho do PGA						
Descrição	2º Semestre / 2015			1º Semestre / 2015		
	Projetado	Realizado	Var %	Projetado	Realizado	Var %
A. Recursos Garantidores - R\$ -	121.623.184,36	105.780.035,60	(13,03)	115.264.840,77	103.703.543,66	(10,03)
B. Despesas Administrativas Totais - R\$ -	830.373,13	696.035,88	(16,18)	699.793,15	723.144,70	3,34
C. Pessoal e Encargos - R\$ -	460.140,53	377.494,22	(17,96)	394.340,84	418.901,57	6,23
D. Número de Participantes	189	189	-	189	189	-
E. Taxa de Administração Total - % - (B/A)	0,68	0,66	(3,62)	0,61	0,70	14,86
F. Participação da Despesa de Pessoal - % - (C/B)	55,41	54,23	(2,13)	56,35	57,93	2,80
G. Despesas Per Capita - R\$ - (B/D)	4.393,51	3.682,73	(16,18)	3.702,81	3.828,16	3,34

Fonte: Demonstrações Contábeis / Controles Internos PREVBEP.

4.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RESULTADOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA NO 2º SEMESTRE DE 2015

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 2º Semestre de 2015, encaminhada ao Conselho Fiscal, espelhadas nos tópicos 4.1. a 4.6. deste Relatório, e em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, nos manifestamos sobre o PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA, considerando que os procedimentos adotados estavam em consonância com a Resolução nº 29/2009 e da IN/SPC nº 34/2009, devendo ser considerados os comentários apresentados.

5. RECOMENDAÇÕES FINAIS


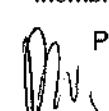
Em atendimento ao Parágrafo Único, Art. 19, incisos I e II, da Resolução CGPC nº 13, de 01.10.2004, “as conclusões, recomendações, análises e manifestação devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser tomadas”. E, ainda, encaminhar à DIRETORIA EXECUTIVA para dar cumprimento ao inciso II, do parágrafo único do artigo 19, “devam permanecer na EFPC, à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo prazo mínimo de cinco anos”.

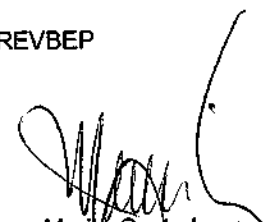
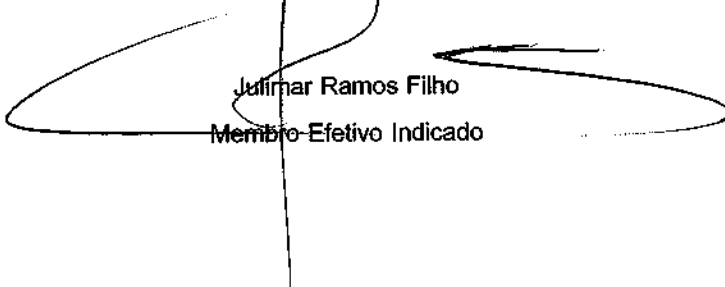
O presente Relatório à PREVIC, em atendimento aos incisos II e III do artigo 19, da Resolução CGPC nº 13/2004, permanecerá à disposição da PREVIC pelo prazo de 5 (cinco) anos, juntamente com a documentação suporte que serviu de base para este relatório.

Teresina (PI),

BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP

Conselho Fiscal


Linda Maria Pessoa Felinto
Membro Eleito Ativos
Presidente

Antônio Hilton do Nascimento
Membro Efetivo Indicado


Murilo Costa Lago
Membro Eleito Assistidos

Julimar Ramos Filho
Membro Efetivo Indicado